

RESENHAS

Considerações a respeito de Sociedade Civil e Teoria Política Andrew Arato e Jean Cohen

Antonio Alvaro Barbosa SÁ*

O livro *Teoria Política e Sociedade Civil* de Andrew Arato e Jean Cohen procura reviver a categoria de sociedade civil com o objetivo de interpretar criticamente o contexto político dos anos 90 especialmente as transições para a democracia nesta década.

Nesta perspectiva a sociedade civil tornou-se o terreno indispensável no qual atores sociais reúnem - se, mobilizam - se, mesmo que seus objetivos sejam a economia e o Estado. A luta é construída entre membros e desafiadores na política (sobre o acesso ao poder) e os resultados materiais que isso pode trazer. Resumindo, conflitos nas e sobre as instituições da sociedade civil e na forma de esfera pública política são vistas apenas por um ponto de vista - como reações ofensivas ou defensivas sobre as relações de poder.

Esta resenha argumenta a partir dos caps. 1, 9, 10 que a análise de Cohen e Arato da distinção entre sociedade política e civil aponta para esta última como o lugar de mobilização e mudanças em certos aspectos de uma cultura política. Esta análise destaca a importância de movimentos sociais para a mudança social e a importância da sociedade civil por constituir públicos e esferas públicas as

(*) Professor de Política de Departamento de Ciências Sociais - ICH-PUC-Campinas, Doutorando em Sociologia na New School for Social Research - Nova York - EUA.

quais são da maior importância para processos de democratização. Ela enfatiza a consciência de grupo, solidariedade, e algumas formas de desigualdade ou discriminação como as principais formas da identidade em movimentos sociais. Ela não explica, todavia, como a organização, interesses, oportunidades e estratégias constituem mobilizações em larga escala. Além disto, ela não explica a interação estratégica de atores políticos na sociedade política, o resultado destes, e como eles afetam processos de democratização.

Ao observar como a categoria tem sido usada, Cohen e Arato vêem que teóricos latino - americanos tem mencionado a categoria de sociedade civil no estudo das transições para a democracia de regimes autoritários. Nestes casos, os teóricos tem se preocupado primordialmente com;

“A transição de um novo tipo de lei burocrática - Autoritária: Primeiro, envolvendo um período de “liberalização”(definida como a restauração e/ou extensão de direitos individuais ou de grupo); e segundo, um estágio de “democratização” (entendido em termos do estabelecimento de um princípio de cidadania baseado no mínimo de participação. Mas estas transições são vistas como fortemente dependentes da “ressurreição da sociedade civil”. Aqui, a sociedade civil significa um grupo e associações entre em algumas versões famílias e grupos face a face de um lado e organizações para-estatais do outro, mediando entre o indivíduo e o Estado, privado e público.(...) Frequentemente, sugere-se que a “ressurreição” da sociedade civil culmina com uma forma altamente mobilizada e concentrada de mobilização de massa e levante popular.”

A categoria de sociedade civil não é colocada em relação a casos de regimes autoritários em transição para a democracia. A categoria foi revivida na França em meados de 1970 como um primeiro

referente para projetos democráticos de parte significativa de grupos e uma variedade de atores coletivos.

A discussão francesa tem preservado a distinção Toquevilliana entre sociedade civil, sociedade política e Estado. A sociedade civil é definida em termos de Associações) que sobrepõem-se a relações de classe: grupos de vizinhança, redes de ajuda mútua, estruturas localmente baseadas que propiciem serviços coletivos. Mais dinamicamente, a sociedade civil é vista como um espaço de experimentação social para o desenvolvimento de novas formas de vida, novos tipos de solidariedade, relações sociais de cooperação e trabalho. A sociedade civil, por outro lado é entendida como um espaço no qual a autonomia dos grupos e a articulação de conflitos entre eles são defendidas e a discussão e debates de escala coletiva ocorrem. O conceito de sociedade política, portanto, inclui a esfera pública como a sua maior dimensão, dado a ênfase no conflito (negociação e compromisso), ele não é inteiramente redutível a isto."

A relação direta com "anti-totalitarismo" ou lutas anti-autoritárias por democracia não é inteiramente indispensável para interpretar a política das democracias ocidentais em termos da categoria de sociedade civil. Um bom exemplo é a Alemanha Ocidental onde, diferentemente da França, os dissidentes tem tido somente um pequeno e ambíguo impacto. Não havia a necessidade de diferenciar política radical daquela do partido de massa nos moldes leninista.

A análise de Arato e Cohen da política da sociedade civil focaliza, todavia, tentativamente; ao menos em um possível futuro para o ocidente. Sua combinação de sistemas subdiferenciados e uma bem definida sociedade civil, na qual o último tem primazia sobre,

envolvendo nem os custos econômicos nem os efeitos sociais dos modelos envolvendo a dominação social de um ou outro subsistema, o qual tem regularmente prevalecido na história Européia. A política da sociedade civil promete tanto a autoregulação e a remoção de importantes esferas da economia, e põe a questão de como esta autoregulação pode ser regulada sem estatismo e paternalismo.

Este tipo de análise dá uma grande importância a autonomia das instituições da sociedade civil. Ao fazê-lo ele mina a importância do Estado e sua intervenção na sociedade civil. A crítica ao Estado de Bem - Estar Social na Europa pode ser a razão para este tipo de perspectiva.

Arato e Cohen argumentam que movimentos sociais influenciam a sociedade civil através de atividades que são dirigidas primariamente ao Estado. Ao contrário eles tendem a focalizar os democratas radicais da sociedade civil via exercício de liberdades individuais ao mesmo tempo que eles aceitam os sistemas políticos e econômicos existentes.

Com o intuito de defender esta tese é necessário, todavia, olhar para as contribuições e problemas de dois paradigmas: teorias da mobilização e recursos e o paradigma da identidade.

(...) teorias da mobilização e recursos enfatizam tais objetivos variáveis tais como, interesses, oportunidades e estratégias para lidar com mobilizações em larga escala. Estas variáveis são dirigidas de um ponto de vista neoutilitarista atribuída a atores coletivos.(p.497-8).

A despeito das diferentes orientações dentro deste paradigma, variando desde uma lógica estritamente individualista a perspectiva puramente racional desenvolvida por Olson ate o modelo do processo político desenvolvido por Tilly todas as versões das teorias das mobilizações dos recursos, analisam a ação coletiva em termos da lógica da interação estratégica e cálculos de Custo e benefício.

Observando, mais especificamente, o trabalho de Tilly, Arato e Cohen argumentam que é possível delinear algumas conclusões: Tilly mostra que a ação coletiva pressupõe o desenvolvimento de uma sociedade civil e política autônoma as quais são garantidas por direitos e sustentadas por uma cultura política democrática que estão presentes nas “instituições formais.”

Ele, todavia, enfatiza as oportunidades políticas e estratégias que estes tem para a emergência do repertório de ações políticas do século XIX. Resumindo ele observa apenas as dimensões destes processos que são relevantes para a mobilização de grupos organizados competindo pelo poder (pg. 503)

O conflito social no século XIX crescentemente tomou a forma de lutas ativas e ofensivas para a inclusão nas estruturas que controlam recursos a nível nacional. Finalmente, o desenvolvimento da política eleitoral criou um meio ambiente maleável a associação voluntária e mobilização em larga escala.

A perspectiva da sociedade civil, contrariamente a esta perspectiva, iria enfatizar duas dimensões adicionais da ação coletiva contemporânea: a política de influência da sociedade civil na sociedade política, e a política de identidade (o focus na autonomia, identidade e democratização das relações sociais fora da política). No paradigma da identidade é importante mencionar que atores contemporâneos conscientemente lutam pelo poder de construir novas identidades, de criar espaços democráticos dentro tanto da sociedade civil e na política por ações sociais autônomas, e reinterpretar normas e remodelar instituições.

A partir do paradigma da identidade, Cohen argumenta que no caso dos movimentos das mulheres, por exemplo, o senso de consciência de grupo, solidariedade, e de discriminação injusta estavam entre as pré-condições da ação política coletiva, embora a forma que tal ação toma varia com a estrutura do estado e instituições políticas (sindicatos e partidos) no país.

No caso das mulheres que possuam solidariedade de grupo envolvendo uma ameaça explícita a formas tradicionais que identifiquem as mulheres primeiramente em termos de mãe e esposa e desigualdades justificadas, exclusão e discriminação. Resumindo, a tradicional compreensão do lugar da mulher e identidade tem mudado as novas identidades construídas, antes que questionamento e discriminação sexual pudessem aparecer como um assunto legítimo e as mulheres pudessem mobilizar-se contra eles.

Alem disso, em sua discussão do movimento feminista, Cohen argumenta que o objetivo primário dos novos movimentos sociais são a instituição da sociedade civil. Estes movimentos criam novas associações e novos públicos, e tentam tornar as instituições existentes mais igualitárias. Eles expandem a discussão pública na sociedade civil, e potencialmente expandem os movimentos sociais e os suplementam com novas formas de vida feitas no domínio masculino. Neste tipo de análise organizacional, interesses, oportunidades, estratégias, assim como a barganha entre elites são secundários para processos de democratização.

A maior contribuição desta perspectiva e a compreensão da distinção entre Estado, sociedade política, e sociedade civil e a compreensão deste último como o terreno no qual atores sociais reúnem, organizam-se e mobilizam.

Finalmente, a despeito da importante contribuição de tais análises para a compreensão de uma cultura política específica, eles não mencionam os problemas da interação entre níveis micro e macro de análises em movimentos sociais, nem em que extensão esses movimentos estão relacionados com mudanças históricas específicas que ocorrem em uma dada sociedade, nem mudanças na interação de atores sociais na sociedade.

(O Conceito de Sociedade Civil - Andrew Arato e Jean Cohen. Massachusetts Institute of Technology – MIT-1992)

Curt Nimuendaju

Etnografia e Indigenismo: Ed. Unicamp, 1993.

Raquel Pereira ROCHA*

Em "Etnografia e Indigenismo", Marco Antonio Gonçalves, reúne uma coletânea de cartas, notas e relatórios redigidos por Curt Nimuendaju, entre as décadas de 1910 a 1920. Vários destes escritos formam um acervo de documentos enviados ao S.P.I. (Serviço de Proteção aos Índios), dirigido nesta época por Luiz Bueno Horta Barbosa, em cujo arquivo pessoal permaneceram guardados por mais de 70 anos, manuscritos que dizem respeito aos Kaingang, aos Ofaíé e a outras etnias indígenas brasileiras.

Estes documentos foram, sobretudo, realizados com o objetivo de denunciar atrocidades cometidas contra os povos indígenas, reclamar ações que pudessem resolver problemas pontuais, como a questão da demarcação de terras, por exemplo. Além disso, procuravam informar sobre o desenvolvimento de seu trabalho entre os índios, as áreas onde se fazia mais urgente a construção de postos do S.P.I., as condições de sobrevivência das sociedades indígenas, com as quais entrava em contato, bem como, as consequências da relação entre índios e representantes da Igreja Católica, colonos, grileiros, seringueiros e outros grupos não-índios.

Nimuendaju, em paralelo às preocupações com os métodos de contato dos índios pelos não-índios, ressalta em seus escritos, importantes abordagens sobre a organização social dos grupos com

(*) Mestranda em Antropologia Social / Unicamp
Integrante do Laboratório de Etnologia da PUC-Campinas

os quais trabalhava. Como, por exemplo, em, *Notas sobre a organização Religiosa e Social dos índios Kaingang*, [1913] e no, *Relatório sobre os Xavante de Mato Grosso* [1913], onde, além do relato de como ocorreram os primeiros contatos, e de como se deu o processo de pacificação, procurou registrar aspectos centrais da organização social dessas sociedades.

A apresentação de Antonio Gonçalves, traz um panorama da vida e da obra de Curt Nimuendaju, buscando traçar sua trajetória entre os índios, e situar suas publicações, enquanto fruto de seu trabalho de campo. Por fim, destaca como as informações históricas, deixadas por Nimuendaju, sobre os índios brasileiros, constituem-se em dados pertinentes e bastante relevantes à história da etnologia no Brasil.

CURT NIMUENDAJU

Nimuendaju nasceu no dia 17 de abril de 1883, na cidade de Jena, na Alemanha. Chegou em São Paulo, no ano de 1903. Foi trabalhar na biblioteca do Museu Paulista, e afastou-se da instituição após discordar do então diretor do Museu, Hermann Von Lhering, por este ter se demonstrado favorável ao extermínio dos índios.

Nimuendaju, identificou-se com a visão de Rondon, quanto ao destino dos povos indígenas. Associou-se e começou a trabalhar na Instituição de Serviço de Proteção aos Índios (S.P.I.), desde a sua fundação entre 1910 e 1913.

No âmbito da etnologia indígena sul-americana, revelou-se um personagem importante. Autor de uma obra etnográfica substancial, fruto de 40 anos (1905 a 1945), dedicados à pesquisa de campo, entre os índios brasileiros. Autodidata, considerava-se um leigo. No entanto, como coloca Antonio Gonçalves: *já havia percebido que a relação com o outro era uma poderosa fonte de conhecimento*. Graças ao seu trabalho, sociedades indígenas como: Apinayé, Xerente, Tukuna e outras passaram a fazer parte da etnologia mundial.

Sua primeira publicação foi sobre os Apapocúva-Guarani,¹ Grupo que em 1906, lhe deu o nome, Nimuendaju. A partir daí, publicou muitos artigos e livros, dos quais, destacam-se, entre outros, os que versam sobre a organização social Jê. Seu trabalho serviu de inspiração e base a outras gerações de etnólogos que dedicaram-se posteriormente à pesquisa entre os povos Jê. Como, por exemplo, o Projeto Havard - Museu nacional, coordenado por Maybury-Lewis e Roberto Cardoso de Oliveira². Além do trabalho etnográfico, Nimuendaju, coletou e organizou coleções de peças etnográficas, que hoje estão no acervo de museus da Alemanha, da Suécia e do Brasil.

Em 1914 estabelece sede no Museu Emílio Goeldi, em Belém do Pará, e viaja pela região do Pará, revisitando os Tembé e conhecendo outros grupos, entre eles: Apaiari, Sipaya, Arara, Kayapó.

Neste mesmo Museu, pouco antes de sua morte elaborou um Mapa Etno-histórico, que reuniu 40 troncos linguísticos, três caracteres topográficos e a localização de 1.400 tribos e ministrou aulas de etnografia entre 1941 e 1944.

Em 1943, vai ao Rio de Janeiro à convite do Marechal Rondon, para integrar os trabalhos etnológicos do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, fica gravemente doente, e é impedido pelos médicos de continuar a realizar expedições.

A partir daí, passa a executar trabalhos para o Museu Nacional e outras entidades, enquanto prepara em português, seu trabalho sobre os Canela. Em 1945, apesar das recomendações médicas resolve fazer uma viagem aos Tukuna, onde falece no dia 10 de dezembro de 1945.

OS KAIKANG, OS OFAIÉ-XAVANTE E OUTROS GRUPOS INDÍGENAS POR NIMUENDAJU.

Entre 1910 e 1912, Nimuendaju convive com os Kaingang em São Paulo. O autor preocupa-se com uma problemática, no qual,

os Kaingang estariam envolvidos. Esses índios estariam sendo acusados de colocar 'obstáculos' à colonização do sertão paulista, barrando o desenvolvimento da cafeicultura. Essa atitude acabou por motivar uma ação indigenista de proteção aos índios, dentro de uma concepção defendida por Rondon e seus seguidores.

Escrevendo sobre os Kaingang, Curt Nimuendaju contesta o catequizador P. Chagas Lima, de Guarapuava, em 1812, segundo o qual, grupos classificados como "Dorin" e "Xocrê", seriam subdivisões Kaingang. "Dori", na verdade, parece fazer referência a um chefe, e "Xocrê" seria um termo utilizado pelos Kaingang para designar grupos mais afastados e de menos contato com os ocidentais. Para Nimuendaju, os Xocrens a quem o P. Chagas se referia tratava-se dos botocudos (Aweikoma) da divisa do Paraná com Santa Catarina e não dos Kaingang.

Uma outra divisão, que Nimuendaju contesta é a dada por Telêmaco Borba, em carta dirigida ao Museu Paulista, onde, por "Camés" refere-se ao grupo meridional, "Kaingang-pé" aos de Tibagy, de "Xocrens" os de oeste e de "Nhakfateite", os índios hostis do sertão do Laranjalzinho. Esse mesmo autor, em outros escritos divide os Kaingang em: Cagurucrês, Cames e Cainguangues. Para Nimuendaju, essas designações confundiam-se com os nomes clânicos e com a divisão cosmológica do mundo Kaingang em duas metades, Kamé/sol e Kanerú/lua, com implicações nas regras matrimoniais, práticas mortuárias e de ordens cerimonial e religiosa. Nimuendaju descreve em: *O Jaguar na Crença dos Kaingang do Paraná*, [1913] por exemplo, como o jaguar é representado na mitologia Kaingang, pelas respectivas metades Kamé e Kanerú. Kamé fez o jaguar fagnareté (de pintas grandes) e Kanerú fez o jaguar acanguçu (de pintas pequenas). Ambos as metades manifestariam desejo de travar relações com o "parente" jaguar. Com este tipo de abordagem, desenvolvida posteriormente, também entre os Apinayé⁴, Nimuendaju chama a atenção para a existência de um conjunto de sociedades indígenas, que embora caracterizada por uma agricultura pouco desenvolvida e a falta de objetos de cultura material, como cerâmica e redes, inspirou

os etnólogos, pela sofisticada organização social dividida em metades, e uma complexidade cultural surpreendente.

OS OFAIÉ

Os Ofaié, juntamente com os Otis de São Paulo e os Akue de Mato Grosso, segundo Nimuendaju, formavam os Xavante, de língua Jê. Suas cartas constituem relato detalhado do preparo e do desenvolvimento de sua expedição entre eles.

Em seu relatório, Nimuendaju, relata como os Ofaié, interiorizaram-se no Mato Grosso fugindo aos ataques dos brancos. O objetivo de sua atuação junto aos Ofaié foi evitar novos massacres por parte da população regional.

Esses índios estariam incomodando uma fazenda no município do Campo Grande, que pertencia à Norte-americanos. Estes haviam notificado aos Frades Capuchinhos, que não aceitariam a presença dos Ofaié ameaçando expulsá-los violentamente. Nimuendaju pedia auxílio, pois temia que o pessoal da fazenda cumprissem as ameaças.

Nimuendaju relata como esses Frades capuchinhos encontravam-se em condições precárias de saúde, moradia e alimentação, não dando conta da própria sobrevivência, e muito menos do atendimento que tentavam dar aos índios. E, a fim de contactar os Ofaié que haviam adentrado o interior, Nimuendaju relata sua busca e sua tentativa de estabelecer contato.

No *Relatório sobre os Xavante de Mato Grosso* [1913], narra apontamentos históricos referentes à conquista da região de "Vacaria", compreendida entre a Serra de Maracajú e o Alto-Paraná, aí estaria o centro da tribo, numa extensão que estaria entre a margem direita do alto Paraná e à esquerda do rio Yvyhema. A história dos Ofaié na vacaria estaria entrecortada de 'dadas' (conflitos com mortes), roubos de gado, e alguns assaltos praticados pelos Ofaié, castigados com perseguição, assassinato e escravidão.

Para os Ofaié, os 5 anos que duraram a guerra do Paraguai teria sido um período de descanso, pois diante da invasão paraguaia, em fim de 1864, os perseguidores fugiram para o norte voltando somente depois da guerra.

Na defesa aos Ofaié, Nimuendaju contava com a ajuda de Don Ramón Coimbra, um boliviano sertanista, que exercia um cargo de “corregedor” na povoação indígena de Sto Corazón. D. Ramón Coimbra esforçava-se para a apaziguação dos índios, procurando amenizar conflitos, servindo como mediador entre os nacionais e os índios. Porém, mesmo com todos os esforços a tarefa de paz revelava-se quase impossível.

Uma das lutas mais importantes desse personagem foi um pedido encaminhado ao governo estadual por volta de 1905, para que este cedesse a terra de Laranjalzinho, para os Xavante e para colonizar famílias pobres. Contudo, como disse Nimuendaju: *A idéia sublime de 'proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais' que ocupavam o espírito deste singelo sertanista boliviano foi sepultada com seu requerimento nos vinhedos de Cuiabá (1993: 114).*

Os Ofaié em fuga dos seus perseguidores em Mato Grosso, às margens do Paraná faziam uma tentativa de aproximação. Apresentaram-se às monções que navegavam o rio, buscando estabelecer uma relação de comércio, e a Companhia de Viação São Paulo - Mato Grosso, no barranco do rio Paraná. Por conta disto, D. Ramón, é convidado pelo Capitão Francisco Witacker para coordenar um trabalho de aldeamento e socorro aos Ofaié. D. Ramón aceita, mas, a área pleiteada pelos índios (barra do rio Sto. Anastácio) para instalação de uma aldeia é negada pelo capitão, os índios, porém, fixam morada no local, com a concordância e a proteção de D. Ramón.

Sobre os Ofaié que encontravam-se no sertão de Mato Grosso, na região do Laranjalzinho, (região pleiteada por D. Ramón, para a instalação dos Ofaié) Nimuendaju faz apontamentos estatísticos em fevereiro de 1913, relacionando nome, idade e grau de parentesco.

Não obstante, as boas condições da região de Laranjalzinho, Nimuendaju mostrava-se apreensivo, pois, este local, concentrava um grande número de pessoas não-índias. Ao contrário de D. Ramón, não acreditava que uma mesma região pudesse abrigar impunemente aldeamentos indígenas e colônias de trabalhadores. Para Nimuendaju, essa mistura demográfica acabava sempre por gerar novos conflitos, e conseqüências funestas a ambos os grupos, em decorrência, principalmente, das diferenças culturais.

OS GUARANI, OS TERENA (CHÂNE) E OUTROS HABITANTES DA REGIÃO DO LARANJALZINHO

Outros grupos indígenas, que habitavam o ribeirão de Sta. Bárbara do S.P.I., dentro da zona do Laranjalzinho são também apresentados por Nimuendaju. Eram índios Guarani, que fugindo das fazendas da região da Vacaria e de seus patrões foram pedir abrigo a D. Ramón; dentre eles, os Terena, denominados como 'civilizados', que acompanharam os patrões na invasão da Vacaria. Uma parte deles havia também instalado-se na zona defendida por D. Ramón.

Nimuendaju fala de uma população estimada em mil pessoas, todos Guarani. Grupos que subsistiam da lavoura, dentro de uma zona delimitada entre o rio Paraná, da barra do Yvynehema e a divisa paraguaia, indo até a vizinhança de Ponta Porã, onde nasce o rio Dourado.

Em suas cartas à Luiz Horta, pedia também, informações sobre os índios do Pará, solicitando a instalação de um posto do S.P.I. na região. Fala sobre algumas tribos isoladas, com um histórico de pouco contato, no território do Estado do Pará, a saber, a Guiana Brasileira, a região entre o Gurupi e o Tocantins, a zona limítrofe com o Mato Grosso e a zona limítrofe com Amazonas, ao sul do rio Amazonas. E assim, vai relatando outras aldeias 'pacificadas' que encontra ao longo dos rios que descem do Tumucumaque, as condi-

ções de acesso à região, e as condições de existência dos índios encontrados.

Nimuendaju recomendava a construção de um posto do S.P.I, na região do Uaçá onde havia 400 índios Palikur e Aruan, miscigenados com uma população negra, e outros grupos como Aiána, Upuruy, Tirió e Oiampy.

O autor lembra outros grupos que achava merecer a atenção do S.P.I, entre eles os Gaviões, refugiados no Tocantins, os Arara do Alto Pacajá. Fornece informações sobre a região do Xingu, pede proteção contra pessoas que se serviam da população indígena como *rótulo para obter subvenções e favores* e que o colocassem em contato com Rondon, pois desejava ter notícias sobre as tribos de Rondônia e sobre o desenvolvimento do trabalho realizado pelo Marechal.

Enfim, o esforço empreendido por Antonio Gonçalves em reunir cartas e relatórios redigidos por Nimuendaju, revela-se uma obra documental capaz de, entre outras atribuições, fornecer informações relevantes à pesquisas sobre a trajetória dos povos indígenas retratados, ao estudo histórico sobre os estados de São Paulo e Mato Grosso e sobretudo, revela aspectos importantes sobre o próprio percurso da Etnologia no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

NIMUENDAJU, Curt. **Etnografia e Indigenismo. Sobre os Kaingang; os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará.** Organização e apresentação: Marco Antonio Gonçalves. Campinas, SP, Ed. Unicamp, 1993.

. NIMUENDAJU, Curt. *The Apianyé.* Catholic University for America, 1939.

DA MATTA, Roberto. *Um Mundo Dividido: A Estrutura Social dos Índios Apinayé.* Petrópolis. Vozes, 1976.

NOTAS

- ⁽¹⁾ *As Lendas da Criação e destruição do mundo Como fundamento da religião Apapocúva-Guarani [1914]*
- ⁽²⁾ Projeto de estudo dos grupos indígenas do Brasil central de língua Jê . Convênio entre "Harvard-Central Brazil Research Project sob a orientação de David Maybury-Lewis e o Museu Nacional coordenado pr Roberto Cardoso de Oliveira. Trabalhos publicados sobretudo na déc de 70.
- ⁽³⁾ NIMUENDAJU, Curt. *The Apianyé*. Catholic University for America, 1939.